

PERFIL DO ENSINO DE 2.º GRAU NO PARÁ

OTÍLIA MARIA LÚCIA BARBOSA SEIFFERT
do Centro de Educação/UFGA

RESUMO

O presente artigo apresenta uma breve caracterização do ensino de 2.º grau no Estado do Pará. A análise descritiva da situação do ensino de 2.º grau foi feita com base em dados estatísticos. Os resultados mais significativos do estudo revelam: (1) as reduzidas oportunidades de acesso ao ensino de 2.º grau, (2) o caráter seletivo nas escolas nesse nível de ensino e (3) a pouca diversidade de habilitações profissionais.

SUMMARY

This article presents a brief characterization of senior-high school in the State of Pará. The descriptive analysis of the situation at that level of education was based on statistical data. The most meaningful results show (1) the reduced access opportunities to that level of schooling, (2) the selective dimension in the system and (3) the lack of diversification of professional courses.

O presente trabalho é baseado nos primeiros resultados de uma pesquisa sobre o ensino de 2.º Grau no Estado do Pará, em desenvolvimento desde 1986¹.

A pesquisa tem como preocupação central os questionamentos que se têm feito a respeito das acentuadas desigualdades presentes nas escolas de 1.º e 2.º graus no Brasil, seja a nível do atendimento à clientela em faixa etária regular de freqüência à escola, seja a nível de permanência na escola a que teve acesso, ou também a nível das reais condições de funcionamento do sistema escolar.

Portanto, pretende-se, através dessa pesquisa, conhecer e descrever as principais transformações ocorridas no ensino de 2.º grau desde a implantação da Lei 5692/71; apreender, a partir das representações dos alunos e professores, as condições de funcionamento da escola além das dificuldades, problemas principais e necessidades desses indivíduos; e captar as relações existentes desse nível de ensino com a realidade social, reveladas pelo próprio processo de ensino.

Parte-se da perspectiva de que a escola é uma das oportunidades para capacitar o aluno a compreender o trabalho como categoria social e histórica, desde que nela exista a preocupação de levá-lo a entender as formas diferenciadas de vivenciar as relações de produção e reprodução no sistema capitalista e as desigualdades delas decorrentes (Franco, 1983).

Acredita-se, então, que o ensino de 2.º grau deve voltar-se à compreensão do significado social do trabalho, levando o aluno a auto-identificar-se como sujeito histórico e, conseqüentemente, capacitar-se a rever suas condições reais de subsistência, questioná-las e pensar em agir para transformá-las (Franco, 1983).

Os estudos e pesquisas sobre o ensino de 2.º grau, em sua maioria, têm privilegiado como problema de investigação a profissionalização, dando ênfase às relações entre o quadro político-econômico e institucional e a reforma de 1971 e seus efeitos no ensino.

Tais estudos têm possibilitado a compreensão mais nítida da origem do modelo desse grau de ensino. No entanto, continua em debate sua identidade, pois a diversidade entre as escolas é imensa e tais diferenças não são acidentais.

Sabemos que os tipos de ensino estão intimamente ligados à divisão social e técnica do trabalho, que além de demandar, do 2.º Grau, uma instrumentalização diferenciada de seus alunos, conduz também à distribuição desigual dos conhecimentos, das atividades e dos valores veiculados pela escola.

Os debates e reflexões sobre o ensino de 2.º grau no Estado do Pará têm se fundamentado, quase que exclusivamente, em relatos fragmentados do cotidiano de educadores que, direta ou indiretamente, vinculam-se a esse nível de ensino. Porém, ressentem-se da falta de pesquisas, não somente de cunho teórico-analítico mas, também, de caráter descritivo. Pouco se conhece concretamente a respeito da realidade educacional no Estado. É evidente que resulta-

dos de estudos dessa natureza poderão representar uma contribuição significativa para o entendimento da realidade escolar, assim como para a busca de alternativas à prática pedagógica existente e, ainda, para a reformulação e execução de novas políticas educacionais.

Com essas preocupações, iniciou-se a pesquisa e, no momento, estamos somente em condições de apresentar uma análise descritiva da situação do ensino de 2.º grau no Estado do Pará, que constitui a primeira etapa de aproximação a essa realidade.

Na primeira parte deste artigo é explicitada a metodologia empregada no primeiro nível de investigação. Na segunda, faz-se um breve comentário a respeito do Estado do Pará, quanto a sua demografia e sócio-economia nas últimas décadas. Na terceira parte, apresenta-se a análise dos resultados pertinentes ao 2.º Grau. E, na quarta, fazem-se algumas considerações parciais.

METODOLOGIA

Com o objetivo de inicialmente caracterizar a situação do ensino de 2.º grau no Estado do Pará e suas transformações quantitativas ocorridas, a partir da implantação da Lei 5692/71, com vista à análise do processo de expansão e seus eventuais obstáculos, foram coletadas informações de fontes secundárias, junto à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), Secretaria de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Para efeito da caracterização, os dados empíricos educacionais são relativos aos seguintes indicadores: expansão da rede física; população escolarizável (15 a 19 anos de idade) e atendida; desempenho escolar e habilitações profissionais.

O levantamento dos dados abrangeu todo o universo das escolas de 2.º grau existentes no Estado na série histórica (1976, 1980 e 1984) considerada na pesquisa. Tal processo implicou o reagrupamento de dados estatísticos que, por sua vez, encontravam-se fragmentados pelos órgãos oficiais, como também a coleta de informações, ficha por ficha, através dos relatórios anuais de cada escola enviados à SEDUC, para efeito da análise de alguns indicadores, tais como população escolarizável atendida, evasão, reprovação, aprovação e matrícula por habilitação. Esse trabalho foi necessário devido à inexistência de dados sistematizados, assim como à presença de incoerências nos dados já agrupados, podendo comprometer a análise prevista.

¹ Essa pesquisa é parte de um Programa Nacional de Pesquisa sobre o ensino de 2.º grau, financiado pelo INEP e FINEP, cujo título original é *O Ensino de 2.º Grau no Estado do Pará: caracterização e perspectivas*.

Embora essa fase de coleta de dados tenha sido extremamente trabalhosa, é evidente que possibilitou a organização de dados estatísticos sobre o ensino de 2.º grau até então dispersos entre os órgãos oficiais responsáveis pelas estatísticas educacionais do Estado. Além disso, tais informações possibilitaram uma aproximação ao conhecimento das condições objetivas desse grau de ensino, permitindo, dessa forma, a indicação de suas áreas críticas e pontos de estrangulamento.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DO PARÁ

O Estado do Pará, localizado na região Norte, é o segundo estado brasileiro em extensão territorial, medindo 1.227.530 km², cuja ocupação equivale a 15% da área total do Brasil.

Administrativamente divide-se o Estado em quinze microrregiões, compostas atualmente de um total de oitenta e sete municípios.

Para melhor entender alguns aspectos demográficos e sócio-econômicos do Estado, necessário se faz ter em conta a dimensão política que tem permeado toda a dinâmica histórica da Região Amazônica nas últimas décadas.

As mudanças político-institucionais e econômicas, ocorridas após a Revolução de 1964 no governo do país, modificaram profundamente a Amazônia face à forte intervenção do governo federal na área.

Em 1966, com a instituição da chamada "Operação Amazônia", há um completo reordenamento nos organismos e instrumentos de intervenção na região. Naquela época, criam-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, o Banco da Amazônia — BASA e legislações específicas de incentivos fiscais para a Amazônia.

Os objetivos da política de desenvolvimento, conforme a Lei 5173/66, eram:

1. estabelecer "pólos de desenvolvimento" e grupos de população estáveis e auto-suficientes, especialmente nas áreas de fronteiras;
2. estimular a imigração;
3. proporcionar incentivos ao capital privado;
4. pesquisar o potencial de recursos naturais.

Esses objetivos ressaltavam uma forte preocupação geopolítica, apontando para a necessidade de promover a intervenção física e a ocupação demográfica, como forma de garantir a soberania na área. Essa intervenção passava pelo processo de integração econômica, que seria garantida em última instância pelo tipo de dominação do aparelho de Estado que se estabeleceu com a ditadura instalada em 1964, comprometido com os interesses do grande capital. Dessa forma, à proporção que se caracterizassem as medidas de políticas voltadas para a região, abrindo novos espaços para valorização do capital, esses espaços seriam ocupados de preferência pelos segmentos dominantes (Ianni, 1971).

As repercussões do processo de implantação dessa política são bem ilustradas ao se considerar o

que vem acontecendo no Estado do Pará, pólo da maioria dos grandes empreendimentos da região, nesse período.

O comportamento da população em termos de crescimento demográfico é marcante. As áreas de maior crescimento foram aquelas atingidas por grandes projetos viários (rodovias Belém—Brasília e Transamazônica), pela construção de grandes projetos de engenharia (Usina Hidroelétrica de Tucuruí), pela mineração (Projetos Carajás e Trombetas, Serra Pelada), pela exploração de calcário, juta e arroz (Projeto Jari) e pela implantação do complexo industrial de alumínio, eletrolíticos e eletrotérmicos (ALBRAS-ALUNORTE).

Por outro lado, o elevado preço das terras no Sul do país e a estrutura agrária extremamente distorcida no Nordeste foram também fatores importantes na alimentação do fluxo migratório, ocasionando movimentos espontâneos para a região, que se intensificaram à medida que o governo acenou com políticas que visavam incentivar a ocupação da Amazônia pela transferência da população de áreas onde a situação fundiária era tensa.

A promoção dos assentamentos populacionais tinha o objetivo de funcionar como alternativa estratégica à reforma agrária nas áreas de tensão, reforma esta alvo de forte resistência por parte da oligarquia rural que tinha um papel na sustentação do regime.

No que concerne à questão da mão-de-obra, é evidenciado um aumento de contingente no Estado na década de 70-80, resultado da demanda gerada pela construção de obras de apoio e de infra-estrutura dos grandes projetos. Com isso, o mercado de trabalho caracteriza-se pela transitoriedade e pela mobilidade de mão-de-obra empregada.

Essa migração foi também responsável pelo aumento da população economicamente ativa (PEA), cujo crescimento não se deu de forma homogênea no espaço estadual. A concentração se efetivou principalmente em microrregiões onde se desencadearam fatores de atração capazes de conduzir a um rápido aumento populacional.

Os elevados crescimentos da PEA concentram-se, por outro lado, nos setores secundário e terciário da economia, enquanto se evidencia uma queda relativa da população ocupada em atividades do setor primário.

É importante, ainda, registrar que os dados referentes à renda mostram um perfil bastante crítico da PEA. Dessa população, 78,14% ganhavam, em 1980, até dois salários mínimos. Isso ilustra que grande parte da força de trabalho estadual situava-se em um nível de remuneração baixíssima.

Em face dessas constatações, conclui-se que as políticas adotadas na região trouxeram para o Pará conseqüências que se manifestam através de um crescimento populacional acelerado, principalmente em áreas que receberam grandes contingentes de migrantes atraídos pela oferta de emprego em obras de apoio aos grandes projetos.

Decorrente do deslocamento de grandes massas

populacionais, há um excedente de mão-de-obra disponível que, depois de aproveitada temporariamente em atividades de linha de produção, é descartada, engrossando a força de trabalho desocupada ou sub-empregada no Estado.

Ao lado desses aspectos, não podemos deixar de registrar a exploração predatória e assistemática que vem se realizando no espaço regional, agravando a deteriorização dos recursos renováveis e degradando o meio ambiente.

Assim sendo, fica bastante evidente que nas últimas décadas o Estado brasileiro vem exercendo um papel fundamental de intervenção econômica, fornecendo incentivos fiscais e acesso das empresas às terras e responsabilizando-se pelos enormes ônus de infra-estrutura. Previu prioridades, quer sobre setores econômicos quer sobre o uso e controle do espaço. Foi e é o grande patrão do capital, criando órgãos para o apoio e acompanhamento dos projetos. No entanto, não arcou com os ônus sociais: as populações camponesas e indígenas são as principais vítimas do processo, como também o meio ambiente, que vem sendo violentado em suas florestas, rios, fauna etc. (Castro, 1987).

Podemos, então, concluir que a concretização das políticas governamentais não tem funcionado como uma alternativa viável de promoção do desenvolvimento do homem amazônico enquanto ser histórico e com seus direitos garantidos. Ao invés disso, tem provocado um conjunto de impactos polarizados e desagregadores cuja real magnitude ainda não se apresenta perfeitamente inteligível (Silva, 1986).

O ENSINO DE 2.º GRAU NO ESTADO DO PARÁ

É oportuno mencionar, inicialmente, que o ensino de 2.º grau no Estado do Pará registra sua efetiva implantação, conforme a Lei 5692/71, em 1976. O processo de implantação se deu quase que exclusivamente nas escolas da rede pública, pois as escolas da rede privada, mantendo seu compromisso com o ingresso ao ensino superior, precisamente através do concurso vestibular, continuavam a organizar seus currículos fundamentadas na Lei 4024/61.

As unidades escolares, com raríssimas exceções, não se encontravam em condições de oferecer um ensino "profissionalizante", ou seja, um ensino comprometido com a "preparação para o exercício da cidadania", seja a nível de recursos humanos qualificados, seja a nível de condições materiais para funcionamento.

Além do mais, a falta de esclarecimento quanto à provável clientela, o significado da profissionalização, a relação escola/trabalho, a democratização do ensino, entre outros, contribuíram sobremaneira ao fracasso de implantação de um ensino verdadeiramente profissionalizante. Fracasso esse que não foi apenas privilégio do Estado do Pará.

Com o insucesso da implantação da Lei 5692/71 e o surgimento da Lei 7044/82 a SEDUC, através de seu Departamento de Ensino de 2.º grau, declara ter

reorientado o processo de implantação desse ensino. Isto é, propôs-se reavaliar os cursos existentes e criar novas opções, no sentido de preparar o aluno para o mundo do trabalho, oferecendo cursos que fortalecessem as bases teóricas daqueles que pretendessem continuar os estudos, sem visar sua terminalidade a nível médio.

Assim sendo, surgem questões tais como: que mudanças quantitativas e qualitativas vêm ocorrendo no ensino de 2.º grau no Estado do Pará? quais as condições de acesso e permanência na escola? quem está participando da preparação dos jovens nesse grau de ensino?

Embora esses questionamentos, e muitos outros, precisem ser respondidos, tentaremos neste trabalho fazer apenas a indicação de algumas evidências imediatas relativas às transformações quantitativas constatadas no ensino de 2.º grau no Estado.

A análise da expansão da rede física, a partir dos dados contidos na Tabela 1, mostra um crescimento no número de unidades escolares no período em estudo. Em 1976 o Estado tinha 83 municípios e contava apenas com 64 escolas, cuja maioria (44) localizava-se na microrregião de Belém. Apesar do aumento no número de estabelecimentos de ensino no Estado como um todo, em 1980 e 1984, 59 e 44 municípios respectivamente não contavam com esse nível de ensino.

TABELA 1

Número de municípios, população de 15 a 19 anos e número de escolas de 2.º grau — Pará 1976, 1980, 1984

ANO	N.º DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO DE 15 a 19 ANOS	N.º DE ESCOLAS
1976	83	355.012	64
1980	83	378.704	82
1984	87	480.373	114

Fonte: FIBGE; Serviço de Estatística da SEDUC/Pará.

No que concerne à expansão do número de escolas pelos setores público e privado, o Gráfico 1 ilustra que, em 1976, a maioria das escolas (60,94%) vinculava-se ao setor privado, bem como em 1980 (51,22%). Essa situação toma nova feição em 1984, quando 60,52% das escolas de 2.º grau pertencem ao setor público.

Embora os dados revelem um efetivo crescimento na rede física, essa expansão só tem alguma expressividade quando observada isoladamente.

Ao se considerar o fenômeno do atendimento escolar aos jovens de 15 a 19 anos de idade, a situação é bastante desastrosa. É evidente que o número de unidades escolares não chega próximo à real demanda para esse grau de ensino.

O Gráfico 2 mostra um crescimento significativo dessa população. Em 1976, dos 355.012 jovens daquela faixa etária, apenas 7,05% encontravam-se frequentando as escolas de 2.º grau do Estado. Essa si-

tuação não sofreu alterações de melhoria nem em 1980 nem em 1984, cujos índices de escolarização são da ordem de 9,7% e 7,5%, respectivamente.

No caso da evolução da matrícula, os dados examinados mostram um crescimento no número de vagas, crescimento esse pouco significativo quando se leva em conta a população escolarizável existente no período em estudo. Quanto à participação dos setores públicos e privados, observa-se que o público acolhe maior proporção das matrículas, mesmo nos anos (1976/1980) em que tinha o menor número de unidades escolares em comparação com a rede privada (Tabela 2).

TABELA 2

Matrícula inicial no 2.º Grau por rede de ensino 1976, 1980, 1984

ANO	TOTAL	PÚBLICO		PARTICULAR	
		n	%	n	%
1976	46.791	29.623	63,31	17.168	36,70
1980	66.183	45.437	68,65	20.746	31,35
1984	66.384	51.165	77,66	15.219	22,34

Fonte: MEC/SEEC; Serviço de Estatística da SEDUC/Pará.

GRÁFICO 1

NÚMERO DE ESCOLAS DE 2.º GRAU POR REDE DE ENSINO — PARÁ 1976, 1980, 1984

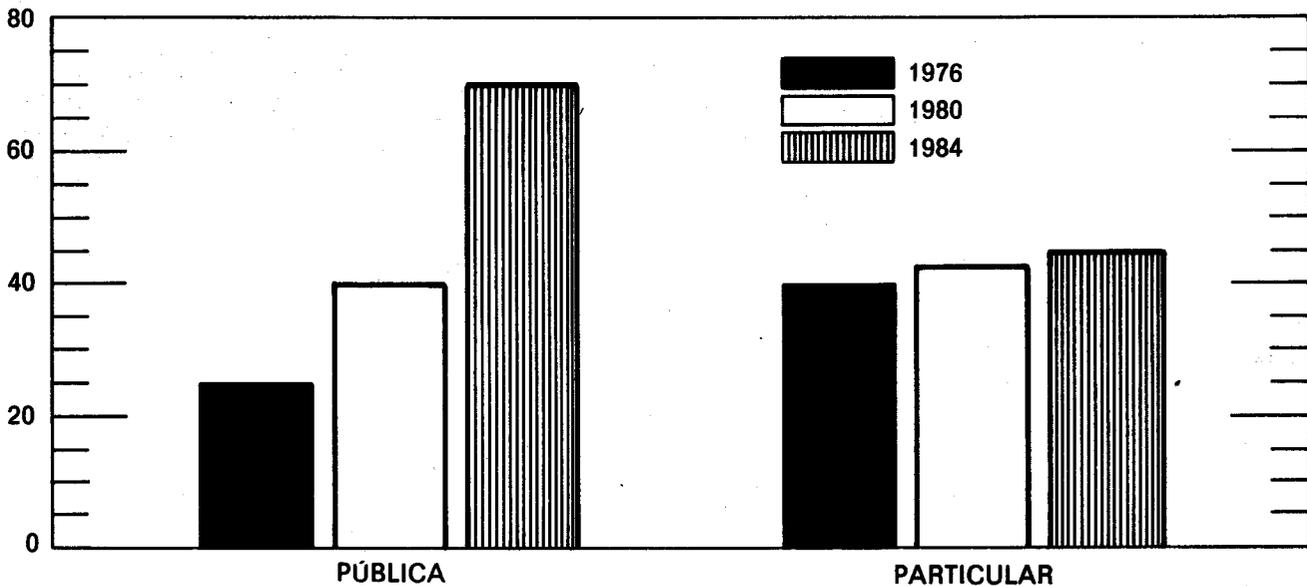
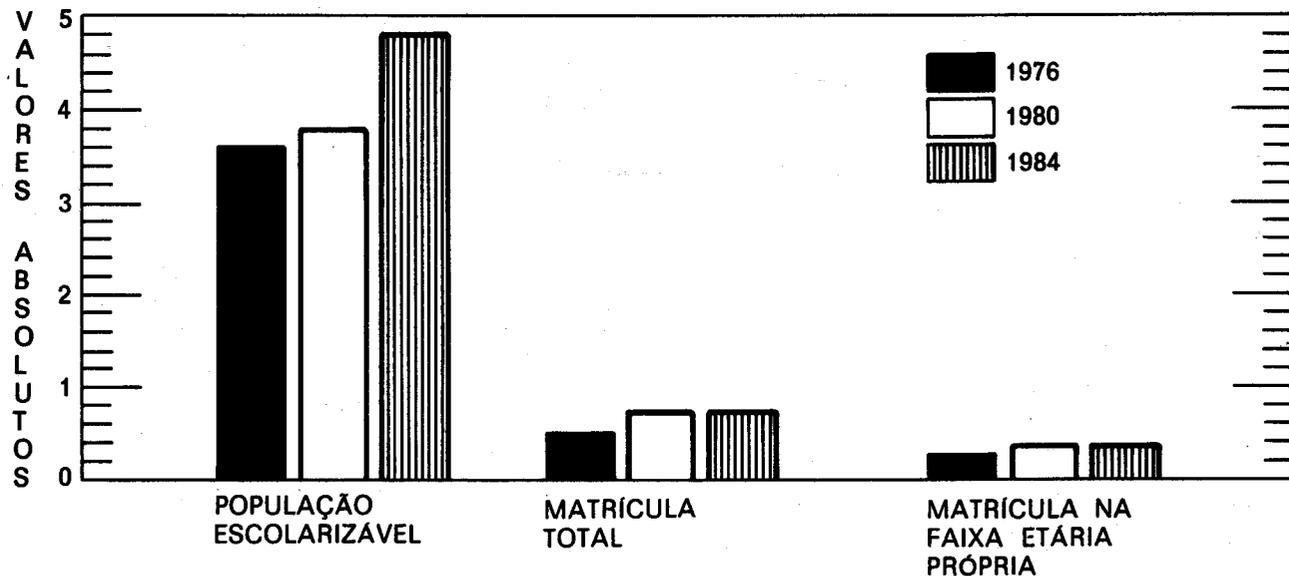


GRÁFICO 2

POPULAÇÃO DE 15 A 19 ANOS, NÚMERO DE MATRICULADOS NO 2.º GRAU E, DESTES, NÚMERO DOS QUE ESTÃO NA FAIXA ETÁRIA PRÓPRIA — PARÁ 1976, 1980, 1984

(X 100.000)



Além disso, evidencia-se que quase 50% das matrículas totais do Estado são preenchidas por alunos fora da faixa etária própria. Tal situação vem acentuar, ainda mais, as distorções nesse grau de ensino pois, à medida que o sistema mantém alunos fora da faixa etária normal de idade, está impedindo provavelmente o acesso ao 2.º grau daqueles na faixa etária própria.

Nesta tentativa de buscar o entendimento da realidade do ensino de 2.º grau, achamos necessário não somente examinar a expansão da rede física e o atendimento da população escolarizável mas, também, as possibilidades de permanência na escola, através de dados empíricos relativos à evasão, reprovação e aprovação do alunado.

Ao levar em conta os dados contidos na Tabela 3, que representa a evolução de uma coorte de alunos ao longo das três séries do 2.º grau, fica ilustrado o problema de exclusão da escola. Dos alunos matriculados na 1.ª série, 49,62% chegam à 3.ª série e, desses, apenas 39,33% conseguem aprovação. Os dados sobre o desempenho escolar sugerem que a evasão e reprovação são fatores influenciadores nesse processo de exclusão que, acreditamos, não está somente ligado aos fatores internos à escola mas, sobretudo, à realidade social do aluno.

A realidade desse nível de ensino no Estado do Pará toma dimensões mais assustadoras quando se examinam os dados referentes ao corpo docente.

TABELA 3

Representação do desempenho de uma coorte de matriculados no 2.º Grau — Pará 1981-1983

ANO	SÉRIE	MATRÍCULA		APROVADOS
		INICIAL	FINAL	
1981	1.ª	100,00	82,58	59,08
1982	2.ª	50,32	41,26	31,02
1983	3.ª	49,62	44,97	39,33

Fonte: Serviço de Estatística da SEDUC/Pará.

Apesar das exigências mínimas estabelecidas pela legislação pertinente, no que tange à qualificação do professor para atuar junto ao ensino de 2.º grau, constata-se, na Tabela 4, a existência de professores atuando sem a formação acadêmica mínima estabelecida. Mais grave, todavia, é a presença, no corpo docente, de professores não somente com o 2.º Grau incompleto, mas com o 1.º Grau incompleto também.

Pará e suas articulações com esse grau de ensino e, ainda, ciente que os dados aqui apresentados não dão conta de explicar esses nexos, não poderemos deixar de indicar alguns pontos significativos desta análise.

TABELA 4

Pessoal docente no 2.º grau, segundo nível de escolaridade — Pará 1976, 1980, 1984

ANO	TOTAL	1.º GRAU								2.º GRAU								3.º GRAU							
		1.º GRAU				2.º GRAU				3.º GRAU				C/Formação p/Magistério				OUTROS							
		COMPLETO		INCOMPLETO		COMPLETO		INCOMPLETO		COMPLETO		INCOMPLETO		COMPLETO		INCOMPLETO		COMPLETO		INCOMPLETO					
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%				
1976	1.868	9	0,48	—	—	240	12,85	10	0,53	70	3,75	—	—	1.032	55,25	472	25,27	35	1,87	—	—				
1980	2.280	6	0,26	12	0,53	185	8,11	10	0,44	44	1,93	8	0,35	1.228	53,86	349	15,31	358	15,70	80	3,51				
1984	3.277	1	0,03	5	0,15	237	7,23	73	2,23	131	4,00	—	—	2.264	69,09	346	10,56	220	6,71	—	—				

Este quadro levanta questionamentos a respeito da qualidade da formação dos jovens que freqüentam as escolas de ensino médio e reforça, mais uma vez, a desqualificação da educação.

Finalmente, no que tange às habilitações profissionais, nesta primeira fase de caracterização do ensino do 2.º grau, pouco pode ser comentado devido à falta de dados fundamentais para efeito da análise pertinente.

Quanto à oferta de habilitações profissionais, os dados mostram a existência de cursos relativos aos três setores da economia, oferta essa que se mantém praticamente estável na série histórica em estudo.

Por outro lado, constata-se, também, que as habilitações ofertadas na maioria das escolas vinculam-se sobretudo ao setor terciário da economia, e que concentram em média mais de 80% da matrícula total do Estado. Tomando os dados relativos à matrícula do ano de 1984, observa-se que dos 66.384 alunos, 1.610 inserem-se nos cursos do setor primário, 7.783 ao secundário e 56.991 do terciário. A concentração da matrícula neste último encontra-se nos cursos de Administração, Comércio e Magistério.

Acreditamos que essa distribuição da matrícula se deva à pouca diversidade da oferta de habilitações profissionais nas escolas, que, ao lado do reduzido número de vagas, leva o aluno a não ter uma verda-

deira opção, ou seja, a ter que se matricular no curso que é ofertado pela escola à qual tem acesso.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Mesmo reconhecendo que o entendimento concreto da realidade do ensino de 2.º grau somente poderá se efetuar a partir de uma perspectiva de totalidade, ou seja, com base no conhecimento profundo da estrutura social e econômica do Estado do

As prioridades do Governo Central para a Amazônia são alicerçadas em políticas que estimulam a migração, incentivam o capital privado e promovem a pesquisa e a exploração de recursos naturais existentes. No entanto, constata-se claramente uma desarticulação entre os interesses do governo e as reais necessidades das populações, o que é evidenciado quando se levam em conta as repercussões do processo de implantação de "grandes projetos" no Pará, os quais, por sua vez, favorecem sobretudo os interesses dos grandes grupos detentores do capital.

A situação educacional não acompanhou os grandes investimentos no Estado. A expansão da rede física a nível do ensino de 2.º grau é insignificante quando se leva em conta o crescimento da população na faixa etária que deveria freqüentá-lo. Esse fato mostra que o governo ainda não assumiu efetivamente o ensino de 2.º grau, pois a maioria da população escolarizável continua fora da escola, apesar dos grandes investimentos econômicos que vêm se empreendendo no Pará.

As condições de subsistência da população são bastante precárias, já que a renda mensal da maioria (aproximadamente 80%, em 1980) da população economicamente ativa é de até dois salários mínimos.

Essa situação, além dos fatores internos à escola, deve ter provavelmente exercido influências no acesso ao ensino de 2.º grau, que já conta com poucas vagas, e também na possibilidade de aproveitamento e permanência na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, E. M. R. O "Calha Norte" e as mineradoras na Amazônia. Belém, UFPA, 1987. mimeo.
- CURY, C. R. J. et al. A profissionalização do ensino na Lei 5.692/71. Brasília, INEP, 1982.
- FRANCO, M. L. B. O ensino de 2.º Grau: democratização? profissionalização? ou nem uma coisa nem outra? *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (47): 18-31, nov. 1983.
- IANNI, O. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- KUENZER, A. Z. *Pedagogia da fábrica; as relações de produção e a educação do trabalhador*. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1986.
- PARÁ DESENVOLVIMENTO. Planejamento e ocupação recente. Belém, IDESP, (18) jan. 1986 (Edição Especial).
- SEIFFERT, O. M. L. B. (coord.) *O ensino de 2.º Grau no Estado do Pará: caracterização e perspectiva; relatório parcial*. Belém, UFPA, 1987.
- SILVA, J. C. et al. A ocupação da mão-de-obra no Pará: um breve balanço. *Pará Desenvolvimento*. Belém, IDESP, (18): 37-41, jan. 1986.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- KUENZER, A. Z. O aluno trabalhador e o ensino profissionalizante. *Revista Bimestre 2.º grau*. São Paulo, CENAFOR, 1(1) out. 1976.
- . *Ensino de 2.º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo, Cortez, 1988.
- . *A pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo, Cortez, 1985.